Ata da reunião do Comitê Gestor do Plano Municipal de Transparência e Controle Social, realizada no dia 11 do mês de abril de 2017, a partir das 16h00 no Auditório do prédio sede da Prefeitura Municipal de Londrina.

Presentes Ilton e Letícia, residentes técnicos da UEL sob tutela do Professor Saulo, Professor Saulo – representante da UEL, Professora Vera e Francesca – representantes do Conselho Municipal de Transparência, Pedro, Leandro e Fábio Cavazotti – representantes do Observatório, Roger Trigueiros – Presidente do Observatório e João Delfino Rezende de Pádua, Fabiana, Beatriz e Cristina da Secretaria Municipal de Gestão Pública, além dos Secretários membros do Comitê – Margareth, João Carlos, Marcelo Canhada, João Luiz, Edson.

O Controlador deu início aos trabalhos para falar primeiramente acerca dos trinta maiores contratos.

Fábio diz que é inaceitável o não comparecimento dos demais secretários recém nomeados como membros do Comitê.

João menciona as ideias para a execução das auditorias referentes aos contratos. Professor Saulo diz que é necessário ter cautela quanto ao acesso de outros pessoas não técnicas à fase interna das licitações. Fábio diz que a discussão está muito vaga, professora Vera menciona a necessidade de definição de uma metodologia para aprimorar cada etapa do processo, para não se tratar com diferença.

Com a chegada dos demais membros (secretários), foi feito um esclarecimento a todos acerca do início das discussões da auditoria dos trinta contratos.

Fábio menciona que a discussão do Comitê não deve focar em casos específicos, mas está percebendo por discussões isoladas as necessidades de aprimoramento dos procedimentos licitatórios.

Fábio diz que quanto ao planejamento, o Observatório se manifestou acerca de ser preciso elaborar um cronograma, um roteiro de ações para aplicação dos processos. Segundo o mesmo, é preciso aplicar o roteiro a definir em processos pilotos, que estejam em vias de elaboração ou prorrogação. É preciso definir um plano de trabalho para como será a conduta acerca dos processos, quanto aos prazos, quanto à execução, às vulnerabilidades dos contratos, comparações com contratos de outros Entes.

João resume que então o modelo é definir um roteiro geral e não discutir pontualmente contratos. A ideia é confeccionar o roteiro a ser aplicado aos contratos.

Fábio diz que o objeto não é necessariamente auditar os contratos, porém melhorar a elaboração.

João ressalta que a assinatura da Controladoria no edital conflita com a fiscalização prevista ao Órgão de Controle Interno, não pode aprovar.

João Luiz diz que talvez uma atuação prévia quanto ao edital e não ratificação ou aprovação pela CGM, com o que a Secretária de Gestão Pública concorda.

João Carlos menciona que hoje não há estrutura para que a Controladoria absorva esses serviços de verificar todos os editais. A preocupação é que traga morosidade ao processo, uma vez as limitações apresentadas pelo pouco número de servidores da CGM.

Fábio relembra que esta é apenas uma das medidas que fazem parte de um rol de sugestões já apresentadas.

Francesca diz que o ideal é que não se restrinja aos maiores contratos, mas que possa também verificar outros contratos sem um valor total tão relevante, como o de protetor solar.

Edson diz que não cabe à Controladoria avaliar especificação dos objetos dos procedimentos licitatórios.

João Luiz menciona que as especificações vêm da secretaria demandante, então chega à DGLC já com toda a avaliação realizada e consolidada no Órgão demandante. Às vezes não foi confeccionado um bom termo de referência, talvez por problemas estruturais, como falta de capacitação técnica do servidor da ponta que o elabora. A ideia é melhorar o processo como um todo.

Professora Vera cita como exemplo a Secretaria de Educação que possuía todas as informações no termo de referência, porém sem roteiro, o que foi corrigido já na reunião seguinte, com a demonstração de um bom termo de referência.

Ou seja, é preciso ter um conteúdo básico, para que haja condições de se visualizar o mínimo que é necessário, padronização das informações que devem constar no termo de referência, para início, respeitando as particularidades de cada demandante, que tem a opção de acrescentar informações.

Como se fosse uma planilha, um check list, pois o termo de referência norteia todo o processo, inclusive em sua execução.

Professora Vera menciona que muitas vezes o recebedor analisa apenas a quantidade recebida, quando a qualidade não foi observada.

Roger menciona que o Comitê deve debater o plano e não roteiro de licitações.

João Carlos menciona que as reuniões anteriores avaliaram os itens, o que foi reforçado por Francesca. Roger informa que não foi informado quanto à pauta, contudo esta foi enviada via email.

Professora discute que talvez não seja competência do comitê discutir os trinta maiores contratos e TAC, isso gera uma interferência problemática ao Comitê.

Leandro menciona que o comitê deve analisar o quanto de transparência existe nos processos.

Esclarecendo quanto à pertinência da discussão do TAC, foi dito aos presentes que o termo está diretamente ligado ao Portal da Transparência, pois não está restrito à plataforma Celepar.

João esclarece que havia dificuldade quanto à definição de andamento dos trabalhos quanto à auditoria dos trinta contratos.

Professor Saulo, diz que o fluxo previsto no Decreto 52/2010 deve ser trazido para o que for necessário mudar seja esclarecido, bem como as ações de sucesso. Ele acredita que os maiores contratos devem ser definidos pela regra 80/20 – vinte por cento que representam oitenta por cento dos valores.

Edson menciona que entendeu que o que deve ser feito é prévio, roteiro de padronização dos processos licitatórios.

Canhada destaca que o Prefeito ficou satisfeito com o modelo de discussão da coleta de lixo, e a ideia seria reproduzir as discussões com antecedência, discutir com tempo.

João Luiz destaca que é consenso que não serão discutidos os maiores contratos pelo comitê. Relembra que os maiores problemas têm sido visualizados no pedido e no recebimento, trabalhar o termo de referência, para sair uma instrução normativa que regulamente como deve ser feito.

Elaborar uma cartilha, capacitação de servidores, depois avançar para fiscalização de contratos.

Segundo professora Vera isso dá subsídio para que a Gestão possa devolver até que sejam atendidos os requisitos mínimos.

Canhada menciona a necessidade de que tais ações também englobem as empresas públicas.

Professora Vera diz que essas medidas constroem e melhoram a transparência pública.

Professor Saulo menciona que é preciso ter cuidado com os preços (tomada de preços) e João Carlos diz que a eficiência é que a diferença entre o contratado e o formado seja mínima, pois destaca uma boa formação de preços.

Roger menciona que devem ser utilizadas alternativas, como verificar outros fornecimentos. Edson menciona a necessidade de cuidado com a formação de preços, por exemplo com os fornecedores.

João Carlos menciona que está em estudo um ato normativo em conjunto com a SMF para melhorar o procedimento de pagamento, que darão mais agilidade.

João Luiz diz que no decreto talvez não mude muita coisa, mas o ideal seria focar no termo de referência. Margareth e Professora Vera concordam.

Moysés quer esclarecer qual será o resultado prático do roteiro do termo de referência, se ele dever publicado no Portal da Transparência.

Edson menciona que não é esse o objetivo, mas sim melhorar o procedimento.

Leandro diz que o termo de referência pode oferecer alternativas para a contratação e justificar a escolha das metodologias dos mesmos.

Roger disse que uma das justificativas passadas na última reunião do observatório por uma das companhias é que esse é o modelo utilizado há tempos.

Canhada disse que a Escola de Governo pode ter papel fundamental para a capacitação dos servidores para a melhora dos procedimentos.

A proposta deve ser apresentada para a próxima reunião quanto ao decreto 52.

João pergunta se haverá acesso pelo Observatório aos termos de referência antes de publicar o edital.

Fica definido SMGP, PGM, CGM, Conselho e Observatório para começar os trabalhos.

A apresentação da Celepar será encaminhada aos membros para análise quanto à elaboração de um ofício conjunto, bem como o plano de transparência anterior.

Fica definido que as reuniões serão todas as 2ª terças do mês.

João explicou as novas rotinas de auditoria aos presentes para ciência.

Encerrada às 18h00.

Cintia B. Conde

OGPL

ROGER OGPL

Ata da reunião ordinária do Comitê de Transparência dia 09/05/2017 realizada na sede do Observatório de Gestão Pública de Londrina. 2ª Reunião de 2017.

Fabio iniciou explanando sobre o antigo plano de transparência, também com um breve histórico sobre a criação do OGPL, surgiu o plano por falta de iniciativas e propostas concretas sobre transparência, por esta falta criou-se junto de diversas entidades o plano e este plano com 25 itens/medidas foi apresentado a todos os candidatos a vereador e prefeito para que eles aderissem, na época todos os candidatos assinaram o plano e se comprometeram com este compromisso. O prefeito eleito Kireeff cumpriu o compromisso de criar o comitê de transparência, mas devido a problemas internos na prefeitura o projeto ficou parado por quase 2 anos, no último ano da gestão o antigo prefeito Kireeff esta proposta voltou à pauta e continua até hoje. Com a eleição do Marcelo Belinatti, o comitê continuou e vem ganhando mais atribuições. Fabio explicou como a transparência é um método de se dar efetividade do Poder Público e como a Lei de Acesso à Informação trouxe mais efetividade e gerência de informações das gestões.

Iniciou-se a apresentação das propostas e reivindicações para aperfeiçoar a transparência e eficiência na gestão pública (apresentação de slides com as propostas sendo apresentadas).

Discutiu-se a duração do mandato de um controlador, se deve durar o mandato do prefeito ou mesclar gestões, João (controlador) arguiu que deve se misturar duas gestões para evitar favorecimentos ou atitudes que levantem dúvidas sobre o trabalho da controladoria. Debateu-se o problema da prestação de contas, o momento que ela deverá ser feita para não tumultuar o mandato de controlador, trazer a data final do mandato para o primeiro quadrimestre do ano para que cada controlador realize a prestação de contas durante o seu mandato.

Fabio aponta que as análises dos procuradores devem ser melhor pensadas uma vez que muitos processos que são aprovados com diversos erros, há discussão sobre levar obrigatoriamente à procuradoria quando os editais são impugnados e/ou alcançam um valor determinado para garantir que processos eivados de vícios continuem e tragam prejuízo.

Fabio aponta também que deve-se criar uma forma melhor de organizar as informações para conter as informações das fiscalizações dos contratos também sejam incluídas no SEI, precisa-se discutir uma forma melhor de fiscalização do processo licitatório, Canhada apresenta surpresa sobre a situação dos fiscais e se prontifica junto ao controlador João para resolver este problema.

Fabio apresenta o problema de falta de manuais e políticas de fiscalizações, pois os servidores indicados como fiscais mal sabem que são fiscais. Saulo argumenta que os problemas devem ser debatidos mais ao início, pois apenas o final não terá tanta efetividade, deve-se planejar melhor os pedidos uma vez que está havendo muitas requisições em regime de urgência sem justificativa.

Saulo propõe que se institua uma comissão especial para realizar um levantamento de dados e organizar os dados para melhorar a organização. Fabio propõe que este conselho encabece este planejamento. A secretária de gestão diz que é necessário rever a aprimorar as atribuições dos servidores e que a gestão não tem conhecimento da organização das outras secretarias. Canhada tomou para si a responsabilidade de organizar os procedimentos de compra do município.

Claudio da Secretaria de Planejamento apresentou inovações no planejamento do PPA (Plano PluriAnual). Reivindicações vindas dos conselhos, conferências, etc serão consideradas na elaboração do PPA. Saulo e Vera enfatizaram a importância da transparência e clareza nas informações apresentadas, além da transparência na execução do orçamento. Claudio deu o exemplo do passe livre, que não estava nas demandas e no planejamento do PPA, foi colocado na LOA pelo prefeito sem a demanda popular, criando um impacto de mais de 20 milhões de reais.

Discutiu-se sobre a TI (Tecnologia da Informação) e sua importância na produção de informação e do business inteligence. Marcelo Canhada disse que demorou 2 meses para coletar informações para desmentir a notícia de que a administração atual tem mais comissionados que a anterior e que se tivessem uma TI de maior qualidade seria mais rápido de se conseguir tais informações. Comentou-se sobre o B.I.(Business Inteligence) da educação e de que a secretária de educação estava requerendo a compra de um software de B.I. Possivelmente a secretária não sabe do BI da educação criado pelo departamento de TI e que é necessário informa-la disto. Fabio Cavazotti comentou do fomento às empresas de TI, contratando as empresas da cidade para subsidiar o município em sistemas.

Canhada comentou que a prefeitura está trabalhando para dar mais transparência aos projetos de obras e que estão finalizando o relatório do Arco Leste e pensando como disponibilizar na internet, já que os arquivos são muito grandes.

Canhada comentou com o controlador que aprova e considera importante a publicação de relatórios de irregularidades da CGM (Controladoria Geral do Município).

Sobre a formação de preços, João Carlos (Controlador) comentou que a CGM irá montar um manual de formação de preços.

Canhada perguntou se a Secretaria de Governo faria o plano de ação de transparência ou se o Observatório ajudaria a fazer. Fábio sugeriu do governo fazer o plano de ação e discutirmos no Comitê o que será aprovado e quais alterações podem ser feitas. João Carlos comentou que o Newton pode colocar este plano no SIGEOR.

Assim sendo ficou definido que a Secretaria de Governo ficará responsável pela elaboração de um plano de ação de transparência, a ser apresentada na próxima reunião deste comitê.

LISTA DE PRESENÇA 09/MAIO/2017 2ª REUNIÃO 2017

COMITÊ GESTOR DO PLANO DE TRANSPARÊNCIA

NOME	ASSINATURA	
LEANDRO VIEIRA SILVA MATOS		OGPL
Sérgio F. A. Moura		UEL
Lilian Soares Gaj		CGM
SIMONE DAMÁZIO PILATTO PEREIRA		OGPL
margareth S. de oliveira		SMGP
Claudio Roberto Rufino		SMPL
João Carlos B. Perez		CGM
João Luiz Martins Estevão		PGM
Fabio Cavazotti e Silva		OGPL
Roger Stelleo Tavares		OGPL
Vera Sugahiro		CMTCS
Marcelo Cambada		SMGOV
		PUC-OGPL
Angela E. Paiva		OGPL

Ata da reunião ordinária do Comitê de Transparência dia 20/06/2017 realizada no Auditório da Prefeitura do Município de Londrina. 3ª Reunião de 2017.
João Carlos iniciou dando a palavra à Fabio Cavazotti, conforme previsto na pauta, contudo o mesmo decidiu que o mais adequado seria comentar durante a apresentação do servidor Newton, para melhor contexto das observações.
Newton começa a apresentação falando das primeiras providências e prazos dados às pastas gestoras dos itens do Plano no Sistema SIGEOR.
Newton mostra uma visão geral do Sigeor, informando que o ideal é criar uma parceria do Plano da Transparência, observando-se a demanda do Observatório e Conselho, para o início do projeto. Assim, atende-se ao objetivo do usuário final. Mostrou também a possibilidade de atualização de status das ações do projeto.
João Carlos diz que já foi feito a minuta do projeto para análise do Conselho e do OGPL, que deverá ser lançado no sistema.
A intenção é que as partes definam os responsáveis pelo projeto, podendo o gestor do projeto no Sigeor entrar em contato com Conselho e OGPL para verificar se já está atendendo.
A utilização do Sigeor no Município está prevista no Decreto 148/2015 – JOM 2660.
Professor Saulo pergunta se foi o cadastrado o Projeto do projeto da implantação, um Geral, que acompanharia os demais projetos das pastas, pois segundo o mesmo, quanto mais prática, melhor para mudança de cultura.
Lilian questiona a Newton se é possível vincular ou alimentar este projeto aos projetos das secretarias, que responde não ser possível, apenas para acompanhamento. Fabio diz que esta é uma boa ideia para ter um gestor máster que acompanhará a implantação.
Newton mostra aos presentes o formulário enviado às pastas com as ações e Saulo menciona que tal já poderia ser uma ação do Projeto Master.
Newton informa que, caso não haja concordância entre as Secretarias sobre os gestores das ações, o Comitê deveria deliberar sobre o responsável.
Márcio menciona que a SMGP não seria responsável sozinha pelas ações 5 e 12.
Fabio diz que o Plano traz diversas propostas isoladas, como a política de resultados na licitação. Porém, após sintetização, propõe que as ações sejam um programa só, de forma única e integral, nominado como "normatização de processos". Por exemplo, estudar todas as etapas da licitação para concretizar num manual, normativa unificada, ouvindo servidores e pesquisadores.
Assim, chegar numa norma única e atualizada que oriente de forma objetiva. Atualmente está em fase de diagnóstico, ouvindo as dificuldades dos demandantes, dos servidores, para montar um cronograma.
Saulo pergunta se o ideal não seria o Secretário de governo liderar estas ações.
Fabio sugere que uma das metas seja a de implantar primeiro o SEI em todos os locais, o que deveria ser encabeçado pela SMG.
Fabio diz que já existe uma nova versão do SEI que possibilita pedidos externos, o que facilitaria solicitação de alvará, por exemplo.

João Luiz destaca que a Procuradoria esteve diretamente envolvida com o SEI, para sua implantação em Londrina. Desta forma, a PGM não aceita mais nada que venha de forma física, o que ajuda a mudar a cultura, para que tudo seja via digital. Porém muitas Secretarias fins ainda não o utilizam.
Isso exemplifica que se o Sigeor não tiver sua implantação forçada, não será utilizado. Contudo, não sabe dizer de onde deveria partir a cobrança para tal utilização, que deveria ser de local estratégico.
João Carlos diz que o SEI possibilita controle extremo dos atos, por exemplo, dos prazos processuais, de licitação, etc.
Fabio diz que deveria sair um cronograma para a implantação do SEI em toda a Prefeitura.
João Carlos diz que acredita que o ideal seja que haja uma retificação do Plano.
Fabio diz que não seria necessário, uma vez que o SEI seria uma ferramenta para atendimento das demais ações previstas.
Professor Saulo sugere que alguns projetos macros sejam criados para reorganização do Plano.
Newton diz que a fase de estruturação dos projetos é que vai elucidar, que vai mostrar o que será necessário para atendimento e conclusão do projeto. Definidas as ações, é possível prever o prazo e os recursos necessários.
Ressalta também que, apesar da qualidade dos servidores, entende que o ideal é uma consultoria externa, imparcial, que teria mais impacto, para as mudanças de cultura.
Fabio tem uma visão de que a consultoria externa não muda a cultura, pois a evolução não é imediata, requer medidas sendo tomadas para que haja mudanças.
Saulo entende que às vezes o colaborador não tem a força necessária.
João exemplifica que algumas consultorias externas não deram certo em gestões passadas pois não eram adequadas ao momento vivido pelo Município. Professora Vera acha que os servidores não têm ânimo para contribuir, quando não são valorizados. Acredita que quem convive com o problema é que pode apontar a solução para resolve-lo.
Lilian diz que o necessário é que o Prefeito e os Secretários comprem a ideia, acreditem no projeto, pois sem este apoio, não haverá sucesso.
Claudio diz que, para mudar, deve haver imposição.
Newton informa que foi dado prazo até agosto para que as pastas elaborem as ações.
João Carlos diz que algumas ações já podem ser visualizadas, como da CGM.
Newton acha que o contato com o demandante é necessário, e que neste caso o Controlador é demandante e executor, uma vez que participa do Comitê, e pode ter melhor visão do que é esperado das ações.
João Carlos acredita que o prazo pode ser abreviado para que ações sejam apresentadas para validação do Comitê.
Saulo diz que as que já estiverem encaminhadas, podem ser trazidas para análise.
Controladoria e Secretaria de Gestão Pública se comprometem a trazer ações na próxima reunião, fixada para 18/07/2017, para apresentação aos membros.

Após estas apresentações, outras pastas também poderão vir apresentar suas ações.
Reunião finalizada às 17h40.

LISTA DE PRESENÇA

REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ GESTOR DO PLANO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL (3ª REUNIÃO)

20/06/2017 – 16H00

NOME	ÓRGÃO	ASSINATURA
JOÃO CARLOS BARBOSA PEREZ	CGM	
EDSON ANTONIO DE SOUZA	SMPOT	
JANDERSON MARCELO CANHADA	SMG	
FÁBIO CAVAZOTTI	SMGP	
MARGARETH SOCORRO DE OLIVEIRA	SMRH	
JOÃO LUIZ MARTINS ESTEVES	PGM	
ROGER TRIGUEIROS	OGPL	
SAULO AMANCIO VIEIRA	UEL	
VERA SUGUIHIRO	CMTCS	
ANTONIO AMARAL JR	OAB	
Patrícia Bonetto Secorum	UEL	
Hilton Leite Brito	UEL	
LEANDRO VIEIRA SILVA MATOS	OGPL	
Cristina Bocchi Sonoda	CGM	
Lilian de Souza Zanchetta	CGM	
Claudio Roberto Rufino	SMPOT	
Newton Hideki Tanimura	CGM	
João Luiz M. Esteves	PGM	
Roger Silveira Trigueiros	OGPL	
MARCIO Honaguti	SMGP	Marcio Honaguti